

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Abril de 2023, Bauru - SP

ANO XXV - Nº 245



ESPECIAL GREVE



PREFEITA SUÉLLEN ROSIM PROPÕE 6% DE REAJUSTE SALARIAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) recebeu no dia 15 de março, a proposta da prefeita Suéllen Rosim de reajuste dos salários e do vale-alimentação dos servidores públicos municipais.

A prefeitura propôs 6% de reajuste salarial a todos os servidores ativos e aposentados da administração direta, do Departamento de Água e Esgoto (DAE) e da Fundação de Previdência dos

Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev), e 6% de reajuste para o vale-alimentação dos servidores ativos.

O abono pecuniário para os servidores que recebiam o antigo vale-refeição também será reajustado em 6%. O índice está acima da inflação, de 5,79%, mas longe dos 24,37% reivindicado pelo sindicato na Pauta de Reivindicações 2023.

Na ocasião, Suéllen afirmou que as tratativas

sobre os reajustes para os servidores da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb) seriam feitas diretamente com o presidente Donizete do Carmo dos Santos.

Além da diretoria do Sinserm e da chefe do Executivo, participaram da reunião o chefe de Gabinete da prefeitura, os secretários de Finanças, Everton Basílio, e da Administração, Cristiano Zamboni e o presidente da Funprev, David Françaço.



SERVIDORES PARALISAM ATIVIDADES E LOTAM A PRAÇA DAS CEREJEIRAS EM PROTESTO CONTRA REAJUSTE SALARIAL DE 6%

Mais de mil servidores públicos municipais lotaram a Praça das Cerejeiras no dia 30 de abril, quinta-feira. A manifestação em frente à prefeitura de Bauru encerrou um dia todo de paralisação dos serviços, em reivindicação por um reajuste salarial digno. A mobilização foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de março, após a prefeita Suéllen Rosim propor um índice de 6% nos vencimentos, vale-compras e abono pecuniário. A categoria solicita 12%.

O ato demonstrou o potencial de mobilização dos servidores organizados e deixou um recado claro à administração: não existe serviço público sem servidor público. Somos nós que garantimos o bom funcionamento da cidade, apesar de todos os desafios estruturais, e burocráticos.

As falas que a manifestação evidenciaram problemas pontuais que merecem atenção.

As dificuldades vividas pelos aposentados – que não recebem o vale-compras – e das merendeiras – que ganham menos do que um salário mínimo e reivindicam o adicional de insalubridade –, precisam ser priorizadas. Chega de descaso com quem dedicou a vida ao município, chega de desdém para com as solicitações daquelas que alimentam nossos filhos todos os dias. Somos uma só categoria e não nos calaremos até que todos tenham condições justas, de vida e trabalho.

As profissionais do magistério também protestaram contra a resistência do Executivo em atualizar o piso salarial de acordo com a legislação nacional. As professoras pediram o fim da segregação profissional que só ocorre em Bauru, dividindo os profissionais em 'adjuntos' e 'especialistas'. Elas pontuaram que com a divisão, as adjuntas são desvalorizadas e não têm acesso a

recursos importantes de formação, além da diferença salarial.

Para além das questões específicas, reivindicamos que todos os trabalhadores sejam valorizados tanto quanto for possível. A eficiência dos serviços públicos está diretamente ligada a valorização e motivação de quem presta os serviços diariamente à população. Diante disso, exigimos, na ocasião, 12% de reajuste salarial e a extensão deste percentual ao vale-compras e abono pecuniário.

Em assembleia permanente, os servidores decidiram que aguardariam um novo posicionamento da chefe do Executivo até às 18h do dia seguinte, sexta-feira (31). Caso não houvesse resposta, seria decretado Estado de Greve a partir de então e, cumprindo todos os ritos legais a categoria decretaria greve geral no dia 4 de abril, terça-feira.



PREFEITURA CONVIDA SINSERM PARA DISCUTIR REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) se reuniu com a prefeita Suéllen Rosim na tarde do dia 31 de março, sexta-feira, para discutir o reajuste salarial de 2023. Após a paralisação do dia anterior, a categoria deliberou a deflagração de greve geral, caso a chefe do Executivo não se pronunciasse acerca das reivindicações apresentadas ao longo da campanha salarial.

No dia 31, Suéllen alegou que haveria um impacto no cálculo atuarial da Funprev, caso um índice maior que 6% fosse concedido como reajuste e manteve o que foi proposto anteriormente. A mandatária, no

entanto, assumiu compromisso com as pautas apresentadas pelos servidores.

De acordo com a prefeita, as tratativas sobre a implantação do piso nacional dos profissionais do magistério seriam retomadas o mais breve possível, em reunião entre o Poder Executivo, o sindicato e representantes da categoria. Ela afirmou que a atualização salarial dos professores é prioridade para a gestão.

A prefeita também se comprometeu em iniciar os estudos para a concessão de um possível benefício aos servidores aposentados, que atualmente enfrentam dificuldades

para custear necessidades básicas do dia a dia.

A partir das reivindicações apresentadas pelo grupo de merendeiras que esteve presente na manifestação de quinta-feira, Suéllen solicitou que o secretário de administração, Cristiano Zamboni, encontre soluções para o pedido de insalubridade e enfatizou que as melhorias nas cozinhas estariam em curso.

Ao final da reunião, a prefeita e o chefe de gabinete Rafael Lima Fernandes, asseguraram que todos os pontos discutidos e os compromissos assumidos seriam documentados e enviados ao sindicato.



SERVIDORES DEFLAGRAM GREVE GERAL

Os servidores públicos municipais deflagraram greve geral no dia 4 de abril, terça-feira, em Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm). A paralisação foi o ponto alto da Campanha Salarial de 2023, quando os servidores rejeitaram o índice de 6% de reajuste para os vencimentos, o vale-compras e o abono pecuniário. A categoria reivindicava 12% a época. A mobilização reuniu cerca de 500

servidores na rua Saint Martin e marcou o primeiro dia da greve. Escolas municipais não abriram as portas e outros serviços também foram afetados.

A greve é um instrumento constitucional da luta pela valorização profissional, um direito garantido pela legislação brasileira a todos os trabalhadores. Apesar de insistir no diálogo, a categoria recorreu à paralisação quando deixou de avançar nas tratativas com o Executivo.

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/





SERVIDORES OCUPAM AS RUAS NO SEGUNDO DIA DE GREVE

O segundo dia da greve geral dos servidores públicos municipais de Bauru foi marcado por uma grande passeata e manifestação em frente a prefeitura. Os servidores concentraram-se no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) e deliberaram, em assembleia, caminhar até a sede do Executivo. No dia 5 de abril, quarta-feira, os trabalhadores lotaram

a Avenida Duque de Caxias, uma das principais da cidade, carregando faixas e cartazes por um reajuste digno.

Os servidores rejeitaram os 6% proposto pela prefeita Suéllen Rosim e reivindicaram o índice de 12% para os vencimentos, vale-compras e abono pecuniário. A greve foi deflagrada no dia 4 de abril com 500 servidores e já no segundo, a mobilização saltou para

cerca de 650.

Escolas municipais seguiram fechadas, UPAs e UBSs operaram com quadro reduzido e a população pagou o preço pela inflexibilidade da chefe do Executivo. Naquele momento, gestores lançavam mão de todas as estratégias para sabotar a greve. Mas ao contrário do que se pretendia, a paralisação só cresceu.



SERVIDORES DIALOGAM COM POPULAÇÃO EM TERCEIRO DIA DE GREVE

O terceiro dia da greve dos servidores públicos municipais de Bauru foi marcado por uma caminhada pelo calçadão da Rua Batista de Carvalho. Cerca de 200 trabalhadores se concentraram na Praça Rui Barbosa por volta das 9h do dia 6 de abril e partiram em caminhada até a Esquina da Resistência, dialogando com a população sobre a importância da greve para toda a comunidade.

Com faixas, cartazes e palavras de ordem, os servidores discursaram sobre o sucateamento dos serviços públicos – que atinge diretamente os usuários – e a desvalorização de quem trabalha na linha de frente para

atender os munícipes. A vereadora Estela Almagro (PT) compareceu ao ato e enfatizou que a greve é resultado da falta de diálogo do Executivo para com a categoria e enfatizou que a prefeitura tem condições de elevar o índice de 6% proposto, comparando Bauru a cidades menores que concederam percentuais acima.

O representante jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm), José Francisco Martins, reafirmou que o movimento de greve é um direito legítimo dos servidores, previsto na constituição federal.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



SÉTIMO DIA DE GREVE TEM MANIFESTAÇÃO NA PREFEITURA E CÂMARA LOTADA POR SERVIDORES

No dia 10 de abril, sétimo dia de greve, os servidores públicos municipais de Bauru se reuniram em frente a prefeitura no período da manhã e realizaram uma manifestação pelo reajuste salarial de 12%. Os manifestantes rejeitaram o índice de 6% proposto pela prefeita Suéllen Rosim e lembraram as dificuldades enfrentadas pela categoria diariamente.

A tarde os servidores lotaram a galeria da Câmara Municipal, para

reafirmar o descontentamento geral com o projeto de lei enviado ao Legislativo, que prevê um reajuste insuficiente para atender as necessidades dos trabalhadores diante do atual custo de vida.

O deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL), presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) compareceu a sessão e declarou apoio ao movimento, solidarizando-se com a categoria. O parlamentar, no

entanto, foi impedido de fazer uso da palavra na tribuna. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) repudiou veementemente a tentativa de silenciar o deputado.

A vereadora Estela Almagro (PT) fez um discurso duro e emocionado sobre a resistência da prefeita em conceder um reajuste digno aos servidores e foi ovacionada por todos presentes na galeria da Câmara, sendo aplaudida de pé.



PREFEITA SUÉLLEN ROSIM RECEBE SERVIDORES NO OITAVO DIA DE GREVE, MAS NÃO MUDA ÍNDICE DE REAJUSTE

No oitavo dia de greve, 11 de abril, a categoria se reuniu em frente ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) no período da manhã e deliberaram por realizar uma passeata até o Palácio da Cerejeiras, sede da prefeitura. Os manifestantes ocuparam a Avenida Duque de Caxias pela segunda vez, e reivindicaram um reajuste de 12%.

No dia anterior, o Sinserm encaminhou ofício ao Executivo, solicitando uma reunião com a prefeita Suéllen Rosim, em mais uma tentativa de estabelecer diálogo acerca do dissídio. A administração então convidou o sindicato e uma comissão de servidores para reunião às 11h45.

Além da diretoria do Sinserm, cada

categoria elegeu nomes para formar a comissão de maneira representativa. Por volta de 12h, cerca de 35 servidores subiram ao auditório da prefeitura para dialogar com a chefe do Executivo. Estiveram presentes na reunião, o chefe de gabinete, Rafael Lima Fernandes, e o secretário de administração, Cristiano Zamboni.

Suéllen ouviu as reivindicações, mas reafirmou que não poderia elevar o índice proposto inicialmente, de modo a não aumentar o déficit da Fundação de Previdência dos Servidores Efetivos de Bauru (Funprev). Ela enfatizou, porém, que o governo estudava medidas para atender as demandas específicas apresentadas

por cada categoria, como a regularização do piso salarial dos professores e a criação de um benefício para aposentados, que não recebem o vale-compras.

Os trabalhadores argumentaram que o déficit da Funprev não é de responsabilidade dos mesmos e não pode ser equalizado às custas da desvalorização dos servidores. A mandatária respondeu que as correções referentes aos cargos, carreiras e salários ocorrerão a partir da atualização do PCCS, que está em fase de levantamento de dados com empresa terceirizada. A prefeita também se comprometeu em pagar o reajuste salarial de 6% retroativo a janeiro.



APÓS LIMINAR, SERVIDORES DECIDEM PERMANECER EM GREVE

Em assembleia realizada no dia 12 de abril, nono dia de greve, os servidores públicos municipais de Bauru deliberaram pela continuidade da paralisação. No dia anterior, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) foi notificado judicialmente com liminar que definiu a integralidade

dos servidores da Saúde, Educação, Assistência Social, Departamento de Água e Esgoto (DAE) do município, bem como 70% dos demais setores da Administração, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00, no caso de descumprimento.

Diante da situação, os grevistas

decidiram permanecer em greve e votaram três propostas de encaminhamento. A proposta vencedora previa reajuste salarial, do vale-compras e abono pecuniário de 7,24%, mais abono de R\$ 500,00 para todos os servidores ativos e aposentados, sem teto.



APÓS 11 DIAS, SERVIDORES ENCERRAM GREVE

Em assembleia realizada no dia 14 de abril, os servidores públicos municipais decidiram encerrar a greve, após 11 dias de paralisação. A decisão ocorreu após audiência de conciliação entre o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) e a prefeitura. Apesar da inflexibilidade da administração, que não acatou nenhum aspecto da última proposta apresentada pela categoria – 7,24% de reajuste para os vencimentos, vale-compras e abono pecuniário, mais abono de R\$ 500,00 linear para todos os servidores, ativos e aposentados –, os trabalhadores optaram por retornar ao trabalho diante da iminente retaliação do Executivo, com aval do Judiciário.

Na mesa de negociação, a prefeita Suéllen Rosim pouco avançou. Condição ao encerramento da greve, ficou acordado 6% de reajuste salarial retroativo a janeiro

e 10% de reajuste no vale-compras, retroativo a março – data base do dissídio.

Ao longo da campanha salarial, o Sinserm tentou estabelecer diálogo com a chefe do Executivo tanto quanto foi possível. Após poucas reuniões e algumas propostas descartadas, Suéllen Rosim reforçou seu DNA autoritário e intransigente mais uma vez. Não avançou 1% desde o anúncio do reajuste, utilizando a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) como escudo para esconder sua insensibilidade diante do trabalhador.

A categoria, por sua vez, deu um show de mobilização desde o primeiro instante. Foram dias de luta intensa, marcados por diversas atividades, falas emocionadas e suor no rosto. Saímos de cabeça em erguida e maiores

do que entramos, com certeza. O movimento chamou atenção para inúmeros problemas além da desvalorização dos servidores, dialogou com a população e demonstrou a importância da categoria para a cidade.

Construímos um movimento forte, grande e plural. Nos reconhecemos enquanto irmãos de luta e encerramos a greve de maneira consistente.



/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO
SINSERM NO FACEBOOK**

SINSERM INICIA DISCUSSÕES PARA CRIAÇÃO DE BENEFÍCIO AOS SERVIDORES APOSENTADOS

No dia 20 de abril, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) reuniu servidores aposentados na sede da entidade, para discutir a criação de um benefício, em compensação ao não pagamento do vale-compras para a classe.

Mais de 80 servidores compareceram a plenária e deliberaram pela implementação de um benefício pago em pecúnia, de caráter indenizatório, autônomo e sem teto de proventos, a todos os servidores aposentados e pensionistas da Administração Direta, DAE e FUNPREV, no valor de R\$ 1.100,00 e sem prejuízo de outros benefícios previstos na legislação municipal. Na Plenária também foi eleita uma Comissão de representação dos servidores aposentados e pensionistas que participará, junto ao sindicato, de todas

as reuniões e debates para implementação do benefício. A Pauta de Reivindicações referente a data base de 2023, entregue a prefeita Suellen Rosim já previa, em Cláusula 5ª, a "criação de um benefício pecuniário para os servidores aposentados, nos moldes dos já intuídos em outros municípios, para assegurar a dignidade dos mesmos, uma vez que estes não recebem vale-compras, e, diante do atual custo de vida, enfrentam dificuldades para custear despesas básicas como aquisição de alimentação e medicamentos".

No dia 3 de março, em meio a campanha salarial, a Administração protocolou um documento assumindo, dentre outros compromissos, o de analisar e estudar alternativas que beneficiem os aposentados e pensionistas.

No dia 27 de abril, o Sinserm protocolou um ofício solicitando reunião com o Executivo num prazo de 10 dias, para iniciar as discussões acerca da implementação do benefício.

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.



✊ ESPECIAL GREVE ✊



FORTALEÇA SEUS DIREITOS!

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

